

Aires Antunes Diniz
Professor

Somos o que comemos

Se no século XVIII os matadouros ou açougues eram olhados como fonte de rendimento municipal, a evolução científica fez com que o consumo da carne fosse considerada uma questão de saúde pública, obrigando ao estudo das doenças dos animais como questão não só de economia agrária, mas também de segurança alimentar pelas repercussões logo observadas nos homens que se alimentavam com a sua carne.

Também a Universidade de Coimbra entrou corajosamente neste processo de higienização dos alimentos, havendo na Faculdade de Filosofia (Natural) uma cadeira de Veterinária lecionada por J. F. Macedo Pinto. Fazia-o com base num livro de que era autor em três volumes, onde esta matéria era exposta sequenciada e organizada detalhadamente.

Serve-me para ir identificando doenças que levavam à rejeição da carne nos matadouros em 1910 e ir tendo um ideia clara sobre o que significavam há 140 anos, explicando concretamente num caso que: **"A baceira ataca os animais bovinos, que vivem em lugares baixos e pantanosos, ou que comem alimentos viciados. É frequente no estio, mormente no Alentejo, na Estremadura, no campo de Coimbra, e nos lugares muito sezonáticos"** ⁽¹⁾.

Só não entendo como um país agrícola não tinha então na Universidade um curso de veterinária e nem agora o tem. Talvez agora tal se explique por deliberadamente ter havido uma política de esvaziamento do campo, que nada acrescentou à nossa felicidade coletiva. Só o transformou em pasto de chamas pois o esvaziou dos homens e mulheres e também dos animais que nele se alimentariam. Dar-nos-iam com melhor qualidade carne e leite por o fazerem sem recurso a rações já que estas alimentam pior os animais.

Agora que os fogos diminuíram a capacidade de produção de leite nos campos da serra da Estrela, fica por abastecer o mercado do queijo da serra, notando-se o contrassenso de uma política agrícola que não cuidou nem cuida do desenvolvimento sustentável das regiões do Interior.

Agora que estamos na primavera, felizmente com menos seca pois tem chovido, nada parece estar preparado para a aproveitar e com ela voltarmos a viver dos alimentos produzidos no campo, dando os campos alimento ao gado que continua a viver nele.

Fala-se apenas de coimas para quem não limpar os seus terrenos para impedir fogos neste ano de 2018, quando o essencial era preparar o melhor possível os campos para o ano agrícola que agora começa.

De facto, quando agora percorro o campo só vejo terrenos calcinados e não noto qualquer "tentativa" de lhes dar uso produtivo por já ninguém acreditar na agricultura como modo de vida. E nada disso augura um futuro melhor para todos nós.

⁽¹⁾ Pinto, José Ferreira de Macedo – Compendio de Veterinária ou curso completo de Zootécnica Doméstica, 3ª edição reformada e muito acrescentada, volume I, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1878, pp. 455-456

José Augusto Ferreira da Silva
Advogado

A centralidade do trabalho

O desenvolvimento tecnológico, que não para de nos surpreender, coloca inegavelmente problemas novos ao mundo do trabalho. Este processo, iniciado em meados da década de 70 do século passado com a microeletrónica, conhecido pela terceira revolução industrial, foi superado pelo desenvolvimento da robotização dos últimos anos, dando lugar à chamada quarta revolução industrial.

Com isso veio igualmente a globalização e o domínio do capital financeiro a nível mundial.

Uma das consequências mais visíveis e que aqui nos importa analisar é a do desaparecimento de muitos empregos, em resultado da substituição do homem por robots e outros instrumentos tecnológicos, gerando um desemprego estrutural sem precedentes. Consultoras, responsáveis governamentais, gestores, cientistas alertam para a perda massiva de emprego, passando a ideia de inevitabilidade do desemprego daí decorrente, bem como da perda de direitos laborais e sociais dos trabalhadores. E, de facto, **à medida que o desemprego estrutural avança, degradam-se as condições de trabalho e de retribuição, um pouco por todo o lado.** Numa clara opção ideológica a favor do lucro, a pretexto da sempre invocada "racionalidade económica", exige-se cada vez mais de menos trabalhadores. Assis-timos, por isso, a um amplo movimento de flexibilização das leis laborais, com incidência essencial no aumento dos ritmos e tempos de trabalho, através de trabalho suplementar mal pago; bancos de horas, isenções de horário de trabalho; bem como na facilitação e embaratecimento dos despedimentos.

Ora, se não faz qualquer sentido, nem teria a mínima eficácia, lutar contra o desenvolvimento tecnológico, importa encontrar respostas para os problemas que coloca. **E a resposta tem de assentar, necessariamente, na defesa do papel central do trabalho, como condição de realização do Homem e da sua dignidade para uma plena cidadania; em respeitar o trabalho como direito fundamental inscrito como tal na generalidade das modernas constituições.**

O que há, então, a fazer para conseguir esse desiderato? a resposta deve passar por, entre outras medidas: i) exigir uma maior responsabilidade social das empresas na garantia de níveis de emprego compatíveis com a sua dimensão de negócio; ii) impor limites rígidos ao trabalho suplementar e outras formas de aumento do tempo de trabalho pouco ou nada remunerado; iii) reduzir os tempos de trabalho como condição de mais emprego e melhor emprego, dispondo todos os trabalhadores de mais tempo livre para a família, para o lazer e a cultura, direitos sociais constitucionalmente garantidos; iv) levar a sério a injunção constitucional de políticas de pleno emprego por parte do Estado, através de medidas de promoção incentivadoras da criação de emprego, sobretudo, de jovens e de desempregados; v) promover o desenvolvimento das atividades criativas, da produção cultural, artística e do lazer; vi) promover a valorização dos trabalhos socialmente úteis, como, a título exemplificativo, o trabalho doméstico familiar, o de apoio domiciliário a crianças e idosos prestado por familiares, o trabalho de voluntariado.

Simultaneamente, **é essencial a taxação especial dos lucros das empresas obtidos à custa de despedimentos massivos, assumam eles a forma que assumirem:** despedimentos coletivos, por mútuo acordo, por antecipação de reformas, que são geradores de encargos sociais que a Segurança Social terá cada vez mais dificuldades em assumir e que deverão ser suportados por quem os provoca.

Para debater estes temas a Associação Luso – Brasileira de Juristas de Trabalho, constituída em 2004, com sede no Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Advogados, leva a cabo nos dias 22 e 23, em Cascais, o seu XIV Encontro sob o lema: "Contrato de trabalho: Avanços Tecnológicos e o Regresso ao Futuro". Intervirão alguns dos principais cultores do direito do trabalho de ambos os países, centrados nas respetivas realidades laborais e sociais, que, apesar das suas especificidades, têm muitos problemas em comum.

O Diário As Beiras disponibiliza diariamente a cada uma das forças políticas presentes na Assembleia Municipal de Coimbra um espaço de opinião com 3000 caracteres, incluindo espaços

Francisco Queirós
Vereador da Câmara de Coimbra

Política cultural faz-se com agentes, entidades e associações

Qual a política cultural da Câmara de Coimbra? Uma política coerente, construída com e para os agentes culturais e os municípios? Ou uma política avulsa baseada em eventos e apoios mais ou menos indiscriminados? Há muito que o PCP e os eleitos da CDU nos órgãos municipais têm vindo a denunciar a ausência duma verdadeira e coerente política cultural no Município de Coimbra.

A política cultural do PS centra-se na atribuição de apoios directos com critérios de ponderação, desadequados à realidade do Concelho e pouco transparentes, que pouco responde às características específicas do tecido associativo cultural e recreativo de Coimbra. **No mesmo saco, misturam-se entidades profissionais, associações culturais e recreativas e outros tipos de entidades.** Todas merecedoras de crédito. Todas a carecerem de apoios para o desenvolvimento das suas actividades. Mas que não se podem tratar como iguais. Mesmo esses apoios, atribuídos aparentemente numa relação aleatória entre a pontuação obtida em concurso e a percentagem de financiamento atribuído, têm vindo a sofrer cortes. Nas Grandes Opções do Plano está inscrita uma verba para apoios directos inferior, para já, em mais de 300 mil euros face a 2017. Exigimos que, em breve, em sede de revisão orçamental, esta situação seja alterada.

O Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Cultural data de 2003, estando aparentemente em vigor. Facto que a Vereadora da Cultura revelou desconhecer em reunião da Câmara. **Os avisos de candidatura a apoios não estão conformes com o regulamento e este não está conforme ao quadro legislativo entretanto em vigor. Ter-se-ão esquecido que existe? De facto, não tendo sido revogado, este existe, ainda que seja uma espécie de morto-vivo.**

Aquando do anúncio dos últimos avisos de abertura das candidaturas aos apoios municipais às entidades e associações culturais, os eleitos da CDU denunciaram esta situação e reafirmaram a necessidade urgente de um novo e mais adequado Regulamento Municipal, enquadrado numa verdadeira política cultural para o Concelho.

Ora, é através de um processo dinâmico de auscultação dos agentes culturais, com os seus contributos, críticas e observações, que se pode construir uma política cultural para o concelho, sem dirigismos, mas com o envolvimento activo dos mesmos. E por isso, o PCP está a iniciar uma ronda de reuniões com as entidades e associações culturais do Concelho de Coimbra.

Este trabalho de proximidade com as entidades e associações – profissionais e amadoras – que suportam a actividade cultural e recreativa, permitirá sistematizar propostas de soluções no sentido da definição duma verdadeira política cultural para o município e de um regulamento que lhe dê corpo.

No concelho, há diversos equipamentos, agentes e entidades que fazem diariamente cultura. Não é possível ignorá-los. Bem pelo contrário, é obrigatório envolvê-los na construção da política municipal de cultura.